



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

PROCURADORIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2019.

Parecer n° 49/2019 – GTA

Ref.: Processo n. E-07/002.3297/2017

Consulta jurídica. Análise acerca da viabilidade de celebrar Primeiro Termo Aditivo do TAC.INEA n° 04/2017. Proposta de prorrogação da vigência do TAC por 03 meses e substituição da garantia. Justificativas aceitas pelo Coordenador do TAC. Viabilidade Jurídica.

**I. RELATÓRIO**

**1.1 – Histórico do processo**

Trata o presente administrativo de análise jurídica acerca da viabilidade de celebração do Primeiro Termo Aditivo ao TAC.INEA n° 04/2017, firmado entre a GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA., Compromissada, e o INEA e a SEA, Compromitentes, com fundamento no art. 101, da Lei Estadual n° 3.467/2000.

A finalidade do TAC foi a adoção de medidas específicas para fazer cessar as degradações ambientais constatadas nos Autos de Infração n° COGEFISSEAI/00147762 e COGEFISSEAI/00147764. Observa-se que o TAC previu obrigações referentes ao investimento no valor de R\$ 17.043.344,54 (dezessete milhões, quarenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) destinados à instalação do Sistema de Controle de Emissões de Gases.

As fls. 230/231 a Compromissada requereu a celebração de termo aditivo, a fim de **alargar o prazo concedido no TAC.INEA.04/17**, em virtude da ocorrência de casos de força maior, **bem como para substituição da carta de fiança dada como garantia, por outra carta de fiança, tendo em vista o fim da vigência da primeira.**

**inea** instituto estadual  
do ambiente

**SEAS**

Secretaria de  
Estado do  
Ambiente e  
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

A Compromissada informou que os casos de força maior que impediram o cumprimento das obrigações dentro prazo foram comunicados ao Inea por meio dos Quarto, Quinto e Sexto Relatórios Trimestrais protocolados em 12 de junho, 12 setembro e 12 de dezembro de 2018, respectivamente.

Com efeito, o Coordenador do TAC realizou vistoria para analisar a situação atual do empreendimento e verificou que a maior parte das obrigações previstas no TAC haviam sido atendidas, restando, portanto, pendência relativa à realização da pré-operação das instalações do forno de fusão de vidro, contemplando as quatro amostragens de chaminé.<sup>1</sup>

À fl. 259, o Coordenador foi favorável ao alargamento do prazo do Plano de Ação. Segundo ele, tal dilatação se faz necessária tendo em vista que a última amostragem está programada para o dia 23/05/2019, e os resultados ainda devem ser validados pela GEAR/INEA.

Às fls. 260/263 foi apresentada minuta do Primeiro Termo Aditivo do TAC em questão para análise e manifestação desta douta Procuradoria. A prorrogação pretendida é pelo período de 3 (três) meses.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

Passa-se, então, à análise da viabilidade jurídica da prorrogação do prazo do TAC *sub examen*, considerando o dispositivo legal fundamentador e as cláusulas previstas no TAC, assim como análise sobre a viabilidade de substituição da garantia apresentada por outra de mesma natureza (carta fiança).

### 2.1 – Da prorrogação do prazo de vigência do TAC

Merece destaque, inicialmente, que o Termo de Ajustamento de Conduta é um acordo de vontades com eficácia de título executivo extrajudicial, que tem por objetivo

<sup>1</sup> Condicionante 17 da LI IN000236.







GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

promover a adequação de empreendimentos ou das atividades poluidora à legislação ambiental, por meio de fixação de obrigações e compromissos que deverão ser cumpridos de modo a cessar, adaptar ou corrigir seus efeitos adversos.<sup>2</sup>

Nesta linha de raciocínio, por se tratar de um acordo extrajudicial, decerto a prorrogação do prazo de vigência deve obedecer às disposições firmadas no TAC e também na legislação que fundamentou o instrumento (Princípio da Legalidade).

O TAC ora em análise (nº 04/2017) foi celebrado com fundamentado no art. 101 da Lei 3.467/00. Assim, cumpre observar o disposto no referido dispositivo fundamentador:

Art. 101 - As multas aplicadas com base nesta Lei poderão ter a sua exigibilidade suspensa, mediante a celebração de termo de compromisso ou de ajuste ambiental, a exclusivo critério do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, obrigando-se o infrator à adoção de medidas específicas para fazer cessar a degradação ambiental, sem prejuízo das demais medidas necessárias ao atendimento das exigências impostas pelas autoridades competentes.

§ 1º - O termo de compromisso ou de ajuste ambiental, com força de título executivo extrajudicial, disporá, obrigatoriamente, sobre: (...)

II - o prazo de vigência do compromisso que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, devendo, em caso de prorrogação - que não poderá ser superior a um ano - prever a aplicação de multa específica para cada cláusula descumprida; (grifei)

Com efeito, considerando que o dispositivo legal fundamentador indicou prazo máximo de 3 (três) anos de vigência, com possibilidade de prorrogação de 01 (um) ano, por certo não há óbice legal para a prorrogação do prazo proposto na minuta de fls. 260/263, de 3 (três) meses, uma vez que o prazo inicial de vigência foi de apenas 24 (vinte e quatro) meses.

No que tange à viabilidade de prorrogação considerando as cláusulas previstas no TAC INEA.04/2017, nota-se que também por este prisma nada impede a prorrogação em 3 meses. Confira a cláusula segunda do TAC 04/2017:

<sup>2</sup> NA-5.001.R-0 - Norma para elaboração e controle de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.







GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

## CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2- O prazo de vigência do presente TAC é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação do Extrato do TAC no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, na forma da Lei. Fica estabelecido que o prazo de prorrogação da vigência do TAC, caso ocorra, não poderá ser superior a 1 (um) ano, conforme o disposto no art. 101, §1º, II, da Lei Estadual nº 3.467/00, de 14 de setembro de 2000.

Desta forma, não há óbice jurídico a tal prorrogação, considerando que o pedido de prorrogação foi justificado, principalmente na necessidade de realizar a quarta amostragem, que está programada para o dia 23/05/2019, e a consequente validação de seus resultados pela área técnica deste Instituto (GEAR).

Portanto, a prorrogação de 3 (três) meses é plenamente viável.

## 2.2 – Da substituição da garantia

De acordo com o entendimento consolidado neste Instituto, externado por meio do Parecer Jurídico LC nº 04/2007,<sup>3</sup> a apresentação de garantia por parte das Compromissadas em TAC's firmados com esta Autarquia é obrigatória e deve ser equivalente ao valor total das obrigações assumidas. Confira:

### 7. DA GARANTIA

Surge-se, ainda, a inclusão obrigatória de cláusula de garantia que possibilite o cumprimento da obrigação, ou melhor, de seu equivalente pecuniário, no caso de eventual inadimplência.

Para este fim, sugere-se o oferecimento de garantia real (v.g. o caucionamento de determinados lotes do empreendimento), garantia fidejussória, contratação de seguro, depósito ou qualquer outro meio idôneo, em favor do Estado do Rio de Janeiro, cujo, valor deve ser equivalente ao valor total do termo. (grifei)

<sup>3</sup> Da lavra da nobre Assessora Jurídica Dra. Lidiane Carvalho, aprovado pelo então Procurador Chefe do INEA Dr. Rafael Lima Daudt d'Oliveira.







GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Além de determinar a obrigatoriedade da cláusula de garantia, o parecer paradigma sugere que o Instituto aceite somente os meios idôneos, como garantia real, fidejussória, contratação de seguro, carta de fiança bancária ou depósito em conta específica.

Na mesma esteira também é esta a sugestão da Norma para elaboração e controle de Termo de Ajustamento de Conduta - NA-5.001.R-0, aprovada pela Deliberação FEEMA nº 541/2008. Vejamos:

6.14 A Compromissada deverá apresentar garantias (garantia fidejussória, contratação de seguro, depósito, e etc.) em favor do órgão ambiental, cujo valor deve ser equivalente ao do TAC.

Em caso de depósitos em conta corrente ou em caderneta de poupança os valores deverão estar claramente identificados na sua totalidade ou em parcelas se for o caso, bem como o titular da conta da Compromissada e o beneficiário do valor depositado pelo não cumprimento de qualquer das etapas incluídas no cronograma do Plano de Ação, além da comprovação do depósito.

Assim, considerando que a substituição da garantia proposta é por outra de mesma natureza (carta de fiança bancária) e meio idôneo, por certo, não há óbice à tal substituição por outra de valor que cubra as obrigações ainda pendentes do TAC.INEA 04/17.

### **2.3 – Da análise da minuta do Primeiro Termo Aditivo de fls. 260/263**

A redação da **Cláusula Primeira** (Do Objeto) indica que a finalidade do instrumento é a prorrogação do prazo de vigência do TAC.INEA.04/17 e a substituição da garantia prestada, portanto, acertada foi sua redação.

De igual modo, não merece reparo a **Cláusula Segunda** (Da Prorrogação), uma vez que esta indica expressamente o período de prorrogação do Primeiro Termo Aditivo ao TAC.INEA.04/17, bem como o início de sua vigência. Cabe anotar que o prazo de 3 (três) meses está em perfeita harmonia com o art. 101, §1º, II, da Lei Estadual nº 3.467/00.

**inea** instituto estadual  
do ambiente

**SEAS** Secretaria de  
Estado do  
Ambiente e  
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

No tocante à redação da **Cláusula Terceira** (Da Substituição), que trata exatamente das alterações referente à substituição da garantia prevista na Cláusula Décima – Da Garantia – do TAC, bem como eventual hipótese da Compromissada não apresentar a garantia acordada, também não merece alteração, pois observou as recomendações expostas no Parecer LA nº 49/2017 – fls. 86/90.

No que tange à análise das **Cláusulas Quarta e Quinta**, que dispõem, respectivamente, sobre (i) a ratificação das demais cláusulas do TAC.INEA.04/2017, e sobre (ii) a necessidade de publicação do Primeiro Termo Aditivo; verifica-se que as mesmas seguiram a estrutura padrão previsto na NA-5.001.R-0 e está de acordo com as orientações desta Procuradoria em casos semelhantes.

Assim, não se vislumbra óbice jurídico à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao TAC.INEA.04/2017.

### III. – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro editou a Resolução PGE nº 4320/2019, com orientações sobre a fiscalização do sistema jurídico do Estado do Rio de Janeiro.<sup>4</sup> Esta resolução estabeleceu em seu Art. 1º, inciso VI,<sup>5</sup> que as manifestações jurídicas que aprovem Termo de Ajustamento de Conduta com as Secretarias de Estado dependem da análise e aprovação do Procurador-Geral.

No entanto, de acordo com a inteligência do Parecer CCF 01/2019, da lavra da I. Procuradora-Chefe da Coordenadoria, Consultoria e Advocacia do Sistema Jurídico da PGE/RJ, Dra. Claudia Consentino Ferreira, nem todos os Termos de Ajustamento de Conduta dependem da aprovação do Procurador-Geral, mas somente os que produzem

<sup>4</sup> De acordo com o Art. 29 do Decreto Estadual 41.628/2014, a Procuradoria do INEA vincula-se à PGE/RJ para fins de orientação normativa e supervisão técnica.

<sup>5</sup> Art. 1º - Serão submetidos à aprovação do Procurador-Geral do Estado todas as manifestações das Assessorias Jurídicas das Secretarias de Estado que: (...)

VI- Aprovem a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta.







GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

consequências financeiras para o Estado ou aqueles que versem sobre matérias de alta repercussão para Administração Pública.

Assim sendo, considerando que o Termo Aditivo em análise não se encaixa nas hipóteses relacionadas acima, estando este na seara da atividade finalística desta Autarquia e Secretaria de Estado (INEA e SEAS) sem consequência financeira para o Estado do Rio de Janeiro, sugere-se o prosseguimento do feito com as orientações jurídicas estabelecidas neste parecer.

#### IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, tem-se que:

- (i) Por se tratar de um acordo de vontades com eficácia de título executivo extrajudicial, decerto a prorrogação do prazo de vigência do Termo deve obedecer às disposições firmadas no TAC e também na legislação que fundamentou o instrumento, com esteio no Princípio da Legalidade;
- (ii) Assim, considerando que o dispositivo legal fundamentador (Art. 101 da Lei 3.467/2000) indicou prazo máximo de 3 (três) anos de vigência, com possibilidade de prorrogação de 01 (um) ano, por certo não há óbice legal para a prorrogação em tela, uma vez que a prorrogação de vigência proposta (3 meses) somada ao prazo de vigência inicial (2 anos) não ultrapassará o limite legal de 3 (três) anos de vigência;
- (iii) Em relação ao disposto nas cláusulas do TAC.INEA.04/17, verifica-se que também por este prisma não há impedimento para a prorrogação, tendo em vista que a Cláusula Segunda permite a prorrogação do instrumento por 01 (um) ano;
- (iv) Como verificado acima, também não há qualquer impedimento à substituição da garantia apresentada por outra de mesma natureza (fiança bancária) desde que esta cubra o valor das obrigações pendentes do TAC.INEA.04/17;

**inea** instituto estadual  
do ambiente

**SEAS**

Secretaria de  
Estado do  
Ambiente e  
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

- (v) No tocante aos termos da minuta de fls. 260/263, verifica-se que seguiu o padrão previsto na NA-5.001.R-0 e está de acordo com as orientações desta Procuradoria em casos semelhantes;
- (vi) Assim, não se vislumbra óbice jurídico à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao TAC.INEA.04/2017, de forma a viabilizar o cumprimento integral dos Anexos I e II;
- (vii) Por fim, considerando que o Termo Aditivo em análise não gera consequências financeiras para o Estado do Rio e nem se trata de matéria de alta repercussão para a Administração Pública, estando, então, na seara da atividade finalística desta Autarquia (INEA) e da Secretaria de Estado (SEAS), sugere-se o prosseguimento do feito com as orientações jurídicas estabelecidas neste parecer, sem a necessidade de aprovação do Procurador-Geral do Estado do Rio de Janeiro (Orientações do Parecer CCF 01/2019);

É o parecer que submeto à apreciação superior, s.m.j.

**Guilherme Teixeira Araujo**

Assessor Jurídico / ID funcional nº 5073427-0

GEDAM / Procuradoria do INEA







GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

**VISTO**

**APROVO** o Parecer n.º 49/2019 - GTA, da lavra do assessor jurídico Guilherme Teixeira Araujo, referente ao Processo n.º E-07/002.3297/2017.

Devolva-se à **SEAPRES**, para adoção das medidas necessárias tendentes à continuidade do procedimento administrativo.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2019.

*Rafael Lima Daudt D'Oliveira*  
**RAFAEL LIMA DAUDT D'OLIVEIRA**  
Procurador do Estado  
Procurador Chefe do Inea  
ID funcional n.º 4266605-8

